

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE POS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO  
EDUCACIONAL**

**PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UM OLHAR DOS  
COORDENADORES SOBRE A FORMAÇÃO DOS  
OFICINEIROS EM DUAS ESCOLAS ESTADUAIS NO  
MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO**

**Patricia Gehrke**

**Sapiranga, 2014**

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UM OLHAR DOS COORDENADORES  
SOBRE A FORMAÇÃO DOS OFICINEIROS EM DUAS ESCOLAS  
ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO

por

Patricia Gehrke

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional, da Universidade Federal  
de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de

Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Celso Ilgo Henz

Sapiranga, RS, Brasil

2014

Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UM OLHAR DOS COORDENADORES  
SOBRE A FORMAÇÃO DOS OFICINEIROS EM DUAS ESCOLAS  
ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO

elaborada por

Patrícia Gehrke

como requisito parcial para obtenção do título de  
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Celso Ilgo Henz Dr.

(Presidente/Orientador)

Ana Paula da Rosa Cristin - Ms.

Débora Teixeira de Mello - Dra.

Sapiranga, 29 de novembro de 2014.

## **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UM OLHAR DOS COORDENADORES SOBRE A FORMAÇÃO DOS OFICINEIROS EM DUAS ESCOLAS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO**

AUTORA: PATRÍCIA GEHRKE

ORIENTADOR: CELSO ILGO HENZ

Data e Local da Defesa: Sapiranga/RS, 29 de novembro de 2014.

Nesta pesquisa, é apresentada, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica e em seguida, a intenção foi identificar e entrevistar, após implementação do programa Mais Educação, que visa o turno integral na escola, a formação dos coordenadores de duas escolas e o contexto em que se encontram, bem como identificar a existência de empírico na área de gestão, seja escolar ou não. Os procedimentos metodológicos utilizados, portanto, foram a pesquisa bibliográfica e de campo com duas coordenadoras do Programa Mais Educação através de entrevistas.

**Palavras-chave:** Coordenadores; Mais Educação; Formação Continuada; Gestão escolar; Novo Hamburgo.

## **ABSTRACT**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **MORE EDUCATION PROGRAM: A LOOK AT THE COORDINATORS ON THE FORMATION OF OFFICERS IN TWO STATE SCHOOLS IN NOVO HAMBURGO MUNICIPALITY**

AUTORA: PATRÍCIA GEHRKE

ORIENTADOR: CELSO ILGO HENZ

Data e Local da Defesa: Sapiranga/RS, 29 de novembro de 2014.

This research is initially presented a literature search and then the intention was to identify and interview , after implementation of the program More Education , aimed at fulltime school the tasks of the coordinators of both schools and the context in which they are, as well as identifying the existence of empirical in the area of management, either school or not . The methodological procedures used were therefore bibliographical and field research with two coordinators of More Education Program through interviews.

**Keywords:** Engineers ; “Mais Educação” ; Continuing Education ; School management; Novo Hamburgo.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	7
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Considerações iniciais.....	12
1.2 Objetivos.....	14
1.2.1 Objetivo geral.....	14
1.2.2 Objetivos específicos.....	14
1.3 Encaminhamentos Metodológicos.....	14
CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO .....	17
2.1 Mais Educação .....	17
2.2 Educação integral.....	21
2.3 Gestão democrática no Programa Mais Educação .....	23
2.4 Atribuições do coordenador e do oficinairo .....	27
2.5 Educação continuada .....	29
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E CONSTRUÇÃO DOS RESULTADOS .....	31
3.1 A formação inicial das coordenadoras do Mais Educação .....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS .....	35
APÊNDICE 1 .....	38
APÊNDICE 2 .....	39
APÊNDICE 3 .....	40

## APRESENTAÇÃO

Nos primeiros anos de minha vida escolar, me apaixonei por esportes e participava de todas as competições escolares. Estava decidida a cursar Educação Física, então comecei a cursar magistério no Ensino Médio, a fim de ter condições para trabalhar e pagar a faculdade na Unisinos.

No decorrer da Habilitação em Magistério, envolvi-me com o programa AABB-Comunidade, de caráter voluntário, e acabei me tornando bolsista no PRUMO - Programa Unidade Móveis em Saúde Coletiva, trabalhando interdisciplinarmente com um grupo de futebol de adolescentes e com um grupo de mulheres, na vila Santa Marta, em São Leopoldo. Durante a vida acadêmica, no curso de Licenciatura de Educação Física na Unisinos, participei de muitos encontros, seminários e Congressos que iam de encontro aos interesses que estava buscando, além das competições representando a Universidade.

Leciono há mais de 12 anos nas redes particular e pública, com o intuito de melhorar a compreensão e a condição de saúde das pessoas, porque acredito que a educação primária na saúde visa à sensibilização e/ou a conscientização sobre algum problema de saúde. Nesse sentido, não se pode deixar de lembrar o quanto as ações preventivas são mais vantajosas que as ações curativas, a fim de diminuir a incidência de doenças e contribuir para a diminuição do número de pacientes que buscam serviços de maior complexidade.

Sob essa ótica, vejo que a escola funciona como ponto de encontro a todos, podendo servir como palco para mudanças na forma de se pensar e construir saúde dentro de seu determinado contexto social.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), "saúde é o estado mental de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a

ausência de doenças”. Como educadores, somos multiplicadores por excelência! O ser humano foi feito para movimentar-se, um corpo que não se movimenta torna-se fraco e adoece mais facilmente.

Gaiarsa (1988) comenta que é grande o número de pessoas que pouco se mexe, mal saindo de meia dúzia de atitudes e gestos. Solicitadas a expandir-se, mostram-se acanhadas ou indignadas. Estas pessoas sofrem de um medo crônico de queda, que empresta vida e substância às desculpas ou investivas de superfície. Quando estas pessoas se animam a por à prova as suas habilidades, mostram-se toscas e desajeitadas no que fazem. Se tivessem que se mover depressa ou com força, cairiam.

Conforme a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (1996), o calendário escolar anual deve ter duzentos dias letivos, com mais de quatro horas por dia e duração de nove anos para a conclusão do ensino fundamental e três anos para o ensino médio, totalizando no mínimo doze anos nos bancos escolares.

De acordo com o estudo de Reis (2005), a adoção de um único modelo de mobiliário para escolares de 7 a 17 anos não atende as especificações ergonômicas, pois os padrões antropométricos destes indivíduos não são compatíveis com as dimensões do mobiliário utilizado, proporcionando a adoção de posturas incorretas e desconfortos corporais, os quais poderão, além de interferir no processo educativo, contribuir também para o surgimento de patologias músculo-esqueléticas.

O que se esquece, no ambiente escolar, é que vida é movimento, vitalidade, é sinônimo de capacidade de mexer-se. Exige-se que educandos permaneçam em classes e cadeiras totalmente desconectadas de algo funcional para cada um. Conforme Quintanilha (2002), com a redução da atividade física desenvolve-se a rigidez corporal, e a posição sentada aumenta a pressão sobre os segmentos corporais. A fraqueza dos músculos abdominais compromete a estabilidade e sustentação da coluna lombar e dos demais segmentos dela.

Quando nosso corpo funciona como nossas exigências fisiológicas, mantém-se forte e resistente. Ser saudável é uma questão de determinação,

vontade, disciplina e de equilíbrio psicossomático, que certamente não é evidenciado na escola pelas suas normas de conduta de educando “parado e sentado” o maior tempo possível, relacionando o processo de aprendizagem em classes e cadeiras inadequadas.

Freire afirma que "a atividade corporal é o elemento de ligação entre as representações mentais e o mundo concreto, real, com o qual se relaciona o sujeito" (1989, p. 81).

Percebo que na escola de hoje, muitas vezes, o professor media um saber engessado nos conteúdos mínimos, fora do contexto e encaixotado em disciplinas separadas, como se as coisas na vida fossem assim, com os acontecimentos ocorrendo de forma progressiva, organizada e bonitinha, como numa linha de montagem.

Para o professor de hoje, não basta conhecer, detalhadamente, a sua disciplina, é necessário saber um pouco de todas, ter capacidade de opinar sobre os mais diversos assuntos e, ainda, que os faça com propriedade.

Vejo que a educação integral é um caminho para que a escola seja um espaço para as múltiplas inteligências, desde que com profissionais como docentes que possuem formação, e não apenas monitores ou oficinairos, e com uma remuneração melhor, de encontro a responsabilidade que lhe é dada..

Ao assumir o desafio, no ano de 2010, da coordenação do programa Mais Educação, que tem como demanda muita responsabilidade na escolha dos orçamentos, contratação de recursos humanos e conhecimento financeiro, percebi a necessidade de provocar uma reflexão acerca da intencionalidade e capacidade do trabalho de quem compra materiais, organiza as atividades didático-pedagógicas e paga os oficinairos.

No caso da escola em que coordeno, a verba poderia ser gasta muito facilmente, porque não haviam informações precisas sobre como e no que poderia ser gasto. Tão importante quanto comprar os materiais e encontrando dificuldades também, está a responsabilidade dos oficinairos quanto ao planejamento e assiduidade para realizar as atividades com os alunos na

escola, pois, como coordenadores, sabemos que devido à baixa remuneração (R\$ 300,00), não se pode ter muitos pré-requisitos, em muitos casos há falta de formação e habilitação para exercerem o magistério.

Além do mais, ter os recursos e não poder comprar o que se precisa, bem como não ter merendeira e ter merenda disponível são questionamentos pertinentes. Sob a minha ótica vejo que um curso de especialização ou aperfeiçoamento em gestão deveria ser obrigatório, a fim de que irregularidades não comprometessem o andamento do programa nas escolas.

Yus (2002) cita:

A escola convencional, centrada no desenvolvimento da inteligência lógico-racional, inspirada em uma visão fragmentada da realidade, que leva a separações dramáticas entre entidades como razão e sentimentos e mente e corpo, deixou de lado potencialidades humanas sem educar e, portanto, sem desenvolver, como é o caso da educação do corpo. (YUS, 2002, p. 43).

Ingressei em 2012 como aluna PEC no Mestrado em Educação da UFRGS, vivenciando a disciplina de Contextos Atuais da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, onde pude compreender bem as políticas públicas vigentes no nosso país e aos poucos consegui compreender que existe uma imensa distância entre o que se propõe e o que realmente é viável e possível de implantação de programas às escolas. Ressalto que, por mais que seja uma ótima proposta, com projetos que buscam a autoestima dos educandos, é emergente um melhor planejamento, que convoque e possibilite diálogo de mais professores, envolvimento de gestores, investimento em infraestrutura e formação adequada.

Este projeto será desenvolvido para melhor compreender a gestão dos espaços extra-curriculares, tendo como norte pensar a gestão participativa da escola, visto que a bibliografia atual, como as demais pesquisas voltadas para a gestão educacional, propõe uma nova forma de atuação do gestor de escola.

Acredito que, através de uma gestão eficiente e engajamento coletivo, se alcance os objetivos almejados dentro de um projeto, lidando com as dificuldades. Para Gadotti a gestão escolar democrática deve:

[...] estar impregnada por uma certa atmosfera que se respira na escola, na circulação de informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, na distribuição das aulas [...] A gestão democrática é, portanto, atitude e método. (GADOTTI, 1993, p. 18)

Exige competência técnica dos profissionais e muito esforço dos envolvidos, pois é um processo permanente de reflexão, discussão e delineamento de estratégias, envolvendo todo o universo escolar na busca de alternativas e formas viáveis à efetivação de suas intenções. “E uma das condições necessárias a pensar certo é não estarmos demasiado certos de nossas certezas” (Freire,1996).

# **CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO**

## **1.1 Considerações iniciais**

O Programa Mais Educação está inserido em uma das ações do PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação - e é uma iniciativa que busca o sucesso e a permanência do aluno na escola. Sendo uma política pública, proporciona o desenvolvimento de ações educacionais sistematizadas para ampliação do tempo e do espaço educativo dos estudantes em escolas públicas, sob a ótica de proporcionar múltiplas inteligências, autonomia e interesse pelas atividades.

A Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, demonstra as considerações, as finalidades, os objetivos e característica do PMed., o seu Parágrafo único do Artigo 1º afirma:

O programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços sócio-culturais, de ações sócio-educativas no contraturno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia de proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmica de redes (BRASIL, 2007).

Dentre as simplificações da educação brasileira, a questão do "encurtamento" do tempo diário letivo permanece como um desafio recrudescido, expresso no currículo escolar. (MOLL, 2012).

Encurtamos o período das aulas, encurtamos os professores. Nessa escola brasileira tudo pode ser dispensado: prédios, instalações, bibliotecas, professores... somente não pode ser dispensada a lista completa de matérias. Qualquer daquelas disciplinas têm de existir no

currículo. Uma só que retiremos, porá abaixo todo o edifício de nossa cultura! Ai de quem pensa em tirar uma só daquelas línguas, ou fundir uma disciplina na outra!... (TEIXEIRA, 2007, p. 52).

O Programa Mais Educação (PMEd), propõe justamente o acolhimento para os alunos, durante o turno contrário à escola, a fim de ampliar o tempo de permanência escolar e o espaço educativo para a realização de atividades educativas, artísticas, culturais, esportivas e de lazer.

Para Saviani (2007, p. 1233) “o denominado PDE aparece como um grande guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC.” O autor continua: “Trata-se, com efeito, de ações que cobrem todas as áreas de atuação do MEC, abrangendo os níveis e modalidades de ensino, além de medidas de apoio e de infraestrutura.”.

O governo federal vem investindo uma quantia significativa nesse programa, sendo que muitas vezes o gestor do programa na área da educação não tem conhecimento algum da área que está atuando, comprometendo o andamento e enfrentamento das adversidades e dificuldades durante o programa.

A gestão é uma tapeçaria tecida a partir dos fios da reflexão, análise, mundanidade, colaboração e proatividade, todos os quais são infundidos com energia pessoal e unidos pela integração social (LIMA,2012).

Qualidade de ensino é qualidade cognitiva e operativa das aprendizagens escolares em contextos vivenciados. É para isso que devem ser formuladas as políticas, os projetos pedagógicos, os currículos, as formas de organização e de gestão escolar.

A gestão escolar é uma peça fundamental do processo de transformação educativa. Constitui um espaço de interação com os alunos e o local onde se constróem as condições objetivas e subjetivas do trabalho docente - ainda que sob as múltiplas determinações do sistema educacional e da própria sociedade (KAWCZYK ,1999, p. 71).

Pretendo provocar uma reflexão acerca da intencionalidade e capacidade do trabalho de coordenação que organiza de forma didático-pedagógica, compra materiais e paga os oficineiros para a realização das oficinas de educação integral. Bem como a formação dos oficineiros e

principais dificuldades, questionando se um curso de gestão educacional não seria um bom pré-requisito para a coordenação.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

Verificar o perfil dos gestores do Programa Mais Educação em duas escolas de Novo Hamburgo: Ignacio Christiano Plang e Wolfram Metzler , bem como o apoio da comunidade, direção e corpo docente, a fim de reconhecer a importância ou não de uma formação em gestão educacional para os coordenadores.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- 1) Conhecer os coordenadores e suas referidas escolas, suas formações na área de gestão, bem como a experiência na área e fora dela;
- 2) Verificar as dificuldades para a implementação e formação oferecida para coordenadores e oficinairos;
- 3) Verificar o engajamento com o corpo docente da escola e reconhecer a importância ou não de uma formação em gestão educacional para os coordenadores.

## **1.3 Encaminhamentos Metodológicos**

A pesquisa será realizada em duas escolas de Novo Hamburgo: Ignacio Christiano Plang e Wolfram Metzler. Realizei um estudo de caso qualitativo, que consta no levantamento de informações e reflexão sobre o perfil dos gestores do PMEd. A pesquisa realizada é descritiva, exploratória e de natureza qualitativa.

O que se denomina abordagens qualitativas emergiu de modo mais intenso a partir da perspectiva de que para compreender a amplitude e diversificação das questões e problemas da área da educação era

preciso lançar mão de possibilidades de tratamento multidimensionais. Deixou-se de recorrer exclusivamente à psicologia ou sociologia, mas à antropologia, história, linguística, filosofia. São perspectivas que pressupõem: expressiva pluralidade de temas, enfoques, abordagens e perguntas; entendimento de que há uma relação dinâmica e um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números; que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa; que o processo e seus significados são os focos principais de abordagem (Caderno da disciplina de Enfoques da Pesquisa, p.11).

Para Stake (2000, p.436), o estudo de caso como estratégia de pesquisa caracteriza-se justamente por esse interesse em casos individuais e não pelos métodos de investigação, os quais podem ser os mais variados, tanto qualitativos como quantitativos. Mas, o autor alerta para o fato de que “nem tudo pode ser considerado um caso” e oferece algumas pistas para a identificação do que pode constituir um caso. Para ele, um caso é uma unidade específica, um sistema delimitado cujas partes são integradas. Algumas características podem estar dentro do sistema, nos limites do caso, e outras fora, e nem sempre é fácil para o pesquisador dizer onde termina o indivíduo e começa o contexto. Da mesma maneira, uma escola, como caso, deve ser estudada como um sistema delimitado, embora a influência de diferentes aspectos que se ligam a esse sistema, como o contexto físico, sociocultural, histórico e econômico em que está inserida a escola, as normas da Secretaria de Educação etc., não devam ser ignorados.

Após a pesquisa bibliográfica, a intenção foi identificar e entrevistar, após implantação do programa Mais Educação, as tarefas dos coordenadores de duas escolas e o contexto em que se encontram, bem como identificar a existência de empírico na área de gestão escolar.

A entrevista pode oferecer dados para comparar evidências coletadas com outras fontes, a fim de ampliar a confiabilidade do estudo, além de oferecer diferentes olhares sobre o evento. Martins (2008) sugere, entre outras coisas, a atenção do pesquisador ao planejar a entrevista, a obtenção de algum conhecimento prévio sobre o entrevistado, ouvir mais do que falar e o registro dos dados e informações durante a entrevista.

Serão interrogados aspectos referentes à atuação dos mesmos no âmbito escolar, aos cursos de formação continuada, à colaboração e participação dos gestores da escola, tomando como base a importância e a necessidade para a prática pedagógica e administrativa na gestão em uma escola de turno integral. Como também formação dosicineiros, dificuldades e necessidade de maior formação na área de gestão.

Os dados da coleta são provenientes das entrevistas com os coordenadores de duas escolas. Para a coleta de dados, foi utilizada a técnica de entrevista com questões abertas e fechadas, pois a entrevista, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, também dá espaço para que o sujeito investigado tenha liberdade de participar e enriquecer a investigação.

A técnica de análise usada foi análise de conteúdo das entrevistas, comparando e contrastando as informações obtidas no referencial teórico, a partir dos resultados, traçando um perfil de escolaridade, empírico na área administrativa, bem como apoio da direção e comunidade, com o enfoque da importância da formação para coordenadores e oficineiros do Programa Mais Educação.

Os procedimentos metodológicos utilizados acerca do estudo do tema desse projeto são a pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada mediante a leitura e fichamento de livros e revistas especializadas, ressaltando os pontos considerados relevantes ao assunto em questão.

A pesquisa de campo, de forma qualitativa, através de entrevista com os gestores do Programa Mais Educação em duas escolas de Novo Hamburgo: Ignacio Christiano Plang e Wolfram Metzler, promovendo desta forma um estudo crítico dessas realidades.

As informações levantadas, tanto na pesquisa bibliográfica como na de campo, foram analisadas no projeto de forma descritiva.

## **CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Mais Educação**

A partir do PNE – Plano Nacional de Educação (2001), do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto 6.094/2007), é criado o PDE (2007) com ações/programas com vistas a dar uma resposta ao PNE, enfocando a qualidade na Educação Básica. O PDE foi instituído através da Portaria Interministerial nº17, de 24 de abril de 2007 e regulado através do Decreto nº 7083, de 27 de janeiro de 2010, o Programa Mais Educação, uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/ 2007).

Como ação prevista pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído através da Portaria Interministerial nº17, de 24 de abril de 2007 e regulado através do Decreto nº 7083, de 27 de janeiro de 2010, o Programa Mais Educação, uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/ 2007), se pauta através de ampla sustentação legal que inclui, como principais dispositivos, a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96).

A finalidade do PDE é o enfrentamento das desigualdades de oportunidades educacionais, sendo que, para isso, é preciso uma conexão entre as dimensões educacional e territorial, portanto, uma ligação entre a educação e o desenvolvimento. A intensão do PDE é operacionalizar as políticas tendo sua estruturação em seis pilares: i) visão sistêmica da educação; ii) territorialidade; iii) desenvolvimento; iv) regime de colaboração; v) responsabilização; e vi) mobilização social.

O PDE surge com inúmeras ações/programas (atualmente são mais de cem, dentre eles está o Mais Educação), sendo que uma das principais ações é o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

O IDEB faz parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica. O IDEB articula os resultados da ANEB (Avaliação Nacional da Educação Básica), conhecida nas divulgações como SAEB, e da ANRESC (Avaliação Nacional de Rendimento Escolar), conhecida nas divulgações como Prova Brasil. O SAEB possui foco nas gestões dos sistemas educacionais, enquanto que a Prova Brasil é mais detalhada e extensa com foco em cada unidade escolar (escolas).

Desta forma, verifica-se que o IDEB articula o rendimento escolar, taxas de aproveitamento, reprovação, abandono - fluxo escolar e Educacenso, visando a aprendizagem dos alunos com o foco nos resultados.

No documento que regula os procedimentos relativos ao Programa Mais Educação (Brasil, Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica, 2010, p. 9), no subtítulo Critérios para Adesão, percebe-se que a proposta não é extensiva à rede pública em sua integralidade, mas se destina àquelas escolas pré-selecionadas pelo MEC que:

- Contempladas com PDDE/Integral no ano de 2008 e 2009;
- Com baixo IDEB e/ou localizadas em zonas de vulnerabilidade social;
- Que estejam localizadas nas capitais e nas cidades das nove regiões metropolitanas conforme os dados do IBGE: Porto Alegre/RS, Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Salvador/BA, Recife/PE, Fortaleza/CE, Belém/PA e Curitiba/PR;
- Das cidades com mais de 163 mil habitantes pertencentes ao Grupo de Trabalho das Grandes Cidades/SEB/MEC;
- Das cidades com mais de 90 mil habitantes.

Além disto, embora o documento fale em adesão, há a obrigatoriedade das escolas pré-selecionadas participarem do programa (Brasil, 1996, p. 10):

“Na hipótese de não adesão ao Programa, é importante que a escola formalize, por e-mail, os motivos impeditivos da implantação da jornada ampliada na perspectiva da Educação Integral, [...]”

Entre as características normativas do documento, “[...] ações na área da cultura, do esporte, dos direitos humanos e do desenvolvimento social” conforme possam ser ofertados “[...] em conexão com a comunidade” de entorno, estabelecia em 2010, na época da realização desta pesquisa, dez macrocampos, cada qual pré-determinando um número de possibilidades de oficinas, assim definidas (Brasil, 1996, p. 4-8): acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza, educação econômica.

O Programa também prevê a seleção dos estudantes que participarão das atividades (Brasil, Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica, 2010, p. 12):

- estudantes que apresentam defasagem idade/ano;
- estudantes das séries finais da 1ª fase do ensino fundamental (4º e/ou 5º anos), onde existe maior saída extemporânea de estudantes na transição para a 2ª fase;
- estudantes das séries finais da 2ª fase do ensino fundamental (8º e/ou 9º anos), onde existe um alto índice de abandono após a conclusão;
- estudantes de anos/séries onde são detectados índices de evasão e/ou repetência e assim sucessivamente;
- estudantes que desempenham papel de lideranças congregadoras em relação aos seus colegas.

A concepção de educação integral expressa no conjunto de documentos norteadores do Programa “Mais Educação”, do Ministério da Educação por meio das Secretarias de: Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Educação Básica – MEC/SECAD/SEB, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, é a de que aprender é um direito

inerente à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, como condição para o desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática (PASSO A PASSO, 2009, p. 5).

Essa concepção está centrada no formato de educação integral com ênfase na oferta de atividades diversificadas, articuladas a outros setores da sociedade e com a participação da escola, da família e da comunidade, considerando que a educação não deve ser concebida, apenas, como responsabilidade da comunidade escolar, e sim da comunidade de aprendizagem.

Enfim, toma o entorno da escola como espaço de aprendizagem e multiplicação de saberes.

Segundo Rosa:

O Mais Educação também expressa, de forma implícita, um processo de desresponsabilização do Estado pela educação; uma tendência de descentralização das políticas sociais; uma possível desarticulação entre o turno “curricular” e o turno de “atividades diferenciadas” previstas nos nove macrocampos do programa; a ampliação das funções da escola e, conseqüentemente, do/a professor/a; a mudança na centralidade da escola como único espaço educativo. Enfim, trata-se de uma política que, nas entrelinhas, mostra o que deve ser camuflado: que a educação é aparelho de hegemonia do capital, com dupla função, dentro de uma perspectiva dialética – conservar e superar as estruturas capitalistas (ROSA, 2013, p. 13).

A escola tem autonomia para construir seu Projeto Pedagógico. Assim sendo, programas não deveriam ser impostos, mas a burocracia para conseguir as verbas faz com que ele, no formato que tem, tenha que ser gerenciado na escola. Muitas vezes com a discordância do corpo docente e direção da escola.

Procurar construir esses importantes instrumentos para funcionamento da escola com um viés emancipador é essencial para que se construa uma educação de qualidade e para a formação de sujeitos comprometidos com a sociedade em que vivem.

## 2.2 Educação integral

A escola de turno integral pode ser um espaço-tempo em que a educação também se torne integral e integrada, possibilitando a cada educando(a) e educador(a) os desafios e as condições para descobrir-se, assumir-se e ser mais (HENZ,2012).

Mais tempo de convívio possibilita um maior número de vivências múltiplas e variadas, cerceadas de interesses que contribuem ao desenvolvimento do processo aprendizagem do educando, bem como incentivam a autonomia.

A proposta de educação integral no contexto educacional brasileiro não é nova. Em outros momentos da história, foram concebidos modelos de educação que almejavam o ideal de formação integral do ser humano, pensar em uma proposta curricular para a Educação integral construída em função da necessidade do aprendiz, que provoque o confronto dialógico entre os saberes escolares e os saberes sociais é “apostar em uma reconfiguração de um campo educativo que tem uma história tão tensa quanto densa, mas que exige ser reconhecido como um campo específico de responsabilidade pública” (ARROYO, 2006, p.42).

A gênese da educação integral vem do empírico da Escola-Parque, inspirada por Anísio Teixeira, na década de 50 e a experiência dos CIEPs, idealizados por Darci Ribeiro em 1980. Estes educadores fizeram parte de uma elite intelectual que não só conhecia e pensava as necessidades da educação brasileira, mas defendia os rumos da educação no país, lutando pela qualidade da educação oferecida aos menos favorecidos.

O direito básico desses sujeitos à educação, nas condições do que Walzer denomina igualdade simples (um ensino com conteúdos e fins comuns), obriga a aceitar o desafio de tornar compatível na escolaridade obrigatória um projeto válido para todos com a realidade da diversidade. (...) a escola, durante a etapa da escolaridade obrigatória, deve ser integradora de todos ou, em caso contrario, trairá o direito universal à educação. Como chegar à universalização efetiva da mesma, respeitando o princípio da igualdade simples, dando acolhida à diversidade de estudantes e, inclusive, aspirando a

fazer destes seres singulares? Enfrentamos um desafio tão difícil quanto atrativo (KRAWCZYK , 1999, p. 88).

A educação integral se sustenta no encontro dialógico de tempo e qualidade e qualidade com tempo. Isso significa dizer que, quando se trata de educação integral, a relação que se estabelece com a escola e a comunidade escolar é evoluída coletivamente. Pois, “a educação se dá em tempo integral, na escola, na família, [...] no cotidiano de todas as nossas experiências e vivências” (GADOTTI, 2009, p. 22).

A Educação Integral é o modo de retomar o sentido de "crescimento orgânico, humano", associado às múltiplas dimensões do desenvolvimento humano (MOLL,2010).

Escola de tempo integral. Em sentido restrito refere-se à organização escolar na qual o tempo de permanência dos estudantes se amplia para além do turno escolar, também denominada, em alguns países, como jornada escolar completa. Em sentido amplo, abrange o debate da educação integral – consideradas as necessidades formativas nos campos cognitivo, estético, ético, lúdico, físico-motor, espiritual, entre outros – no qual a categoria "tempo escolar" reveste-se de relevante significado tanto em relação a sua ampliação, quanto em relação à necessidade de sua reinvenção no cotidiano escolar. (MOLL, 2010, p.132).

Como parte dos processos de existencição humana, o cotidiano escolar é mais do que um conjunto de teorias, conceitos ou até mesmo discursos críticos; somos homens e mulheres com totalidades tramadas com sentimentos, crenças, valores, sonhos, emoções, conflitos, idéias e projetos. Daí a importância de um “ambiente” dialógico-reflexivo, permeado por uma razão-emoção que combina o sentir/pensar/agir crítico com o sentir/pensar/agir criativo, curioso, rigoroso e amoroso, com uma “pedagogia da pergunta”, em que educandos(as) e educadores(as) vamos aprendendo também a tomar nas próprias mãos nossas histórias e nossas vidas, a partir e com os conteúdos trabalhados (HENZ, 2012).

Afinal, somos multiplicadores por excelência, somos determinantes como possíveis agentes de transformação da nossa realidade.

Como educador(a) é impossível ficar indiferente, acrítico e apolítico, diante da realidade brutal que desumaniza milhões de crianças, jovens e adultos, mutilando-os e limitando-os nos seus processos de aprender a ser

gente. O desafio é olhar para essa realidade e ir tomando consciência do papel pedagógico-político (ou político-pedagógico) para com essa sociedade e com esses seres humanos concretos, que são o foco central da nossa razão de ser enquanto professores e professoras (HENZ, 2012).

### **2.3 Gestão democrática no Programa Mais Educação**

As escolas municipais e estaduais estão sendo “induzidas” (pela SEDUC e CREs - pelo baixo IDEB) a implementar o Programa Mais Educação, com a justificativa de que é de fundamental importância mais tempo de/na escola para os estudantes, como forma de proteção e ampliação das possibilidades de aprendizagens.

Ao pensar a gestão escolar, estamos necessariamente erguendo uma ponte entre a gestão política, a administrativa e a pedagógica. Ou seja, a gestão escolar não começa nem termina nos estabelecimentos escolares, tanto que não se trata de unidades autossuficientes para promover uma educação de qualidade com equidade (KRAWCZYK, 1999).

A gestão democrática pressupõe abertura de canais de participação, por parte da administração, visando à inclusão e transparência de posições e ações. Está muito além da eleição de diretores. A participação da comunidade escolar é fundamental para a construção de uma proposta de gestão democrática e popular, pois a educação é um direito de todos e a efetiva participação comunitária deve ser o método de gestão das políticas públicas na área.

O lugar institucional em que se situa a temática da Educação Integral e em tempo integral é o Ministério da Educação, com a implantação do Programa Mais Educação. Pela condição desse lugar institucional, mais do que discutir o papel do Estado como indutor de políticas públicas, à luz de conceitos e questões teóricas, cabe-nos o compromisso para demonstrar, por meio dessa implementação, qual tem sido o protagonismo do Estado, ao menos na esfera

do Poder Executivo Federal, no campo da indução da Educação Integral e em tempo integral (MOLL, 2010).

Incertos, numa conjuntura intelectualmente inquieta e socialmente instável, e sobremaneira movimentada pela experimentação apaixonada do novo, os reformadores de ensino, quase todos no meio-dia da vida, acentuam e tensionam o par contrastante antigo/moderno, então, par tornado esteio das reflexões abrangentes sobre a vida nacional, cujo passado proscrito está fadado a desaparecer. Se representando como vanguardas intelectuais purificadas anunciavam a premência da reforma das instituições, dos hábitos, das tradições e tendências coletivas (MONARCHA, 2009, p.127).

Existe uma imensa distância entre o que se propõe e o que realmente é viável e possível de implementação à escola. Ressaltamos que, por mais que seja uma ótima proposta, com projetos que busquem a autonomia dos alunos, é emergente um melhor planejamento, que convoque e possibilite diálogo de mais professores, investimento em infraestrutura, formação adequada e valorização profissional.

O Programa Mais Educação problematiza, em seu processo de execução, a questão sobre como a escola tem se organizado em relação à estrutura física e na articulação com outros espaços para ampliação de tempos, territórios e oportunidades educativas na perspectiva de educação integral. Um impasse reconhecido em seu processo de implementação é representado nessa questão (MOLL,2012).

Um exemplo claro é ter verba para a merenda e não ter merendeira, como também um espaço no refeitório muito abaixo do mínimo para realizar as refeições.

É difícil visualizar a gestão democrática na minha realidade onde professores e funcionários contratados são realmente tratados pelos hierarquicamente acima, como menos importantes.

A democratização da escola é um processo e, se faz no dia a dia com a comunidade escolar pelos conselhos e representantes dos segmentos que atuam na unidade escolar mediante reuniões.

Para Gadotti, a gestão escolar democrática deve

[...] estar impregnada por uma certa atmosfera que se respira na escola, na circulação de informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, na distribuição das aulas [...] A gestão democrática é, portanto, atitude e método (GADOTTI, 1993, p. 18).

Exige competência técnica dos profissionais e muito esforço dos envolvidos, pois é um processo permanente de reflexão, discussão e delineamento de estratégias, envolvendo toda a comunidade escolar, na busca de alternativas e formas viáveis à efetivação de suas ambições.

Escolher o gestor através de eleição democrática, construir o projeto político pedagógico e organizar o conselho escolar, não garante a democratização da gestão da escola. Realizar uma gestão democrática é acreditar que todos possam encontrar caminhos para atender melhor aos anseios da comunidade escolar e deve seguir os princípios fundamentais da descentralização, participação e transparência.

No cotidiano do fazer escolar é que se consolida o processo democrático, o diretor não deve ser o profissional preocupado com a disciplina e a burocracia. Ele deve ser um articulador e executor responsável pela coordenação do projeto pedagógico da escola e das ações necessárias no âmbito escolar. A partir das decisões do conselho e que a participação dos segmentos nesse órgão é limitada por ele.

Ao pensar a gestão escolar, estamos necessariamente erguendo uma ponte entre a gestão política, a administrativa e a pedagógica. Ou seja, a gestão escolar não começa nem termina nos estabelecimentos escolares, tanto que não se trata de unidades autossuficientes para promover uma educação de qualidade com equidade (KRAWCZYK, 1999).

Na concepção de gestão democrática, os bons resultados são alcançados mediante a sinergia e o coletivismo. Ao gestor compete envolver-se e mediar nos processos sob sua orientação, interagindo subjetivamente com os demais participantes, como condição para coordenar e orientar seus processos e alcançar o foco. Ressaltando que a autoridade é centrada na capacidade de liderança e no jogo de cintura. A transformação é caracterizada pela produção

de ideias, processos e estratégias promovidos pela mobilização dos talentos internos e acordos consensuais.

De acordo com Oliveira (2010, p.5): “para que haja a participação efetiva dos membros da comunidade escolar, é necessário que o gestor, em parceria com o conselho escolar, crie um ambiente propício que estimule trabalhos conjuntos, que considere igualmente todos os setores, coordenando os esforços de funcionários, professores, pessoal técnico-pedagógico, alunos e pais envolvidos no processo educacional.”

A gestão democrática, entendida como espaço de deliberação coletiva com todos os atores envolvidos, precisa ser assumida como base para a melhoria da qualidade da educação e aprimoramento das políticas educacionais. Isso implica possibilitar a gestão participativa, ou seja, em repensar a concepção de trabalho, as relações sociais estabelecidas no interior da escola, a forma como ela está organizada, a natureza e condições reais de trabalho pedagógico.

Para quebrar o paradigma de administração na escola, que na escola que leciono ainda é vigente, é necessário esse olhar no conceito de gestão democrática, o que resulta numa mudança da visão de administração, para a de gestão comprometida com o exercício da democracia, da qualidade do ensino e aprendizagem significativa para a formação do aluno. Nessa perspectiva diretores, coordenadores, professores, funcionários e a comunidade escolar são considerados sujeitos ativos do processo, de forma que sua participação deve acontecer de forma clara e com responsabilidade. Na escola torna-se necessário enfatizar a participação e autonomia como princípios da gestão democrática.

De acordo com Libâneo et al (2003), a base de organização da gestão da educação e da escola não será piramidal e hierarquizada, mas adotará um desenho circular que pressupõe a inter-relação entre os atores sociais e uma partilha de poder, o que implica co-responsabilidade nas ações da escola.

Para que a tomada de decisão seja partilhada e coletiva, é necessária a efetivação de vários mecanismos de participação, tais como: escolha

democrática ao cargo de dirigente escolar; a consolidação de órgãos colegiados na escola (conselhos escolares e conselho de classe); o fortalecimento do grêmio estudantil; a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico da escola; a redefinição das tarefas e funções da associação de pais e mestres, na perspectiva de Políticas e Gestão na Educação construção de novas maneiras de se partilhar o poder e a decisão nas instituições. É nessas direções que se implementam e vivenciam graus progressivos de autonomia da escola.

A escola, talvez mais do que nunca, tem autonomia para construir seu PPP (projeto político pedagógico) e seu currículo. Assim sendo, procurar construir esses dois importantes instrumentos para funcionamento da escola com um viés emancipador é essencial para que se construa uma educação de qualidade e para a formação de sujeitos comprometidos com a sociedade em que vivem.

Acredito que estamos lutando por uma Gestão verdadeiramente democrática. Que tenha seus pilares de sustentação alicerçados na participação efetiva de todos os membros da comunidade, na autonomia na tomada de decisões, na valorização da educação, na criação de estratégias visando uma educação de qualidade. Esta Gestão Democrática tem como marcos legais a Constituição de 1988, que assegura o reconhecimento e garantia dos direitos fundamentais, e a LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases), que assegura a educação como um direito de todos, visando uma nova organização curricular, pautada na autonomia, democracia e construção coletiva.

#### **2.4 Atribuições do coordenador e doicineiro**

O coordenador é responsável pelo relatório e pela prestação de contas, reunião com pais e oficineiros, organização didático-pedagógica, acompanhamento das refeições, compra de recursos, pagamento e contratação de oficineiros, entre outros. Já o oficineiro planeja e media suas aulas, além de acompanhar os alunos nas refeições.

A seleção para “contratar” o oficinairo, mediante um Termo de Compromisso, é feita de acordo com os critérios por ele determinados. Sendo assim, é cabível a ele inserir um profissional no corpo docente da escola, tão responsável pelo desenvolvimento dos educandos quanto o professor.

O trabalho do monitor deverá ser considerado de natureza voluntária, na forma definida pela Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, e o ressarcimento das despesas deverá ser calculado de acordo com o número de turmas monitoradas e limitado a R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, conforme a tabela:

<b>Quantidade de turmas</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>01</b>	<b>60,00</b>
<b>02</b>	<b>120,00</b>
<b>03</b>	<b>180,00</b>
<b>04</b>	<b>240,00</b>
<b>05</b>	<b>300,00</b>

Um programa como o Mais Educação, que tem como objetivo a Educação Integral, escolhe seus coordenadores na área da educação, mas não proporciona nenhum tipo de capacitação ou/e formação continuada. O programa demanda muita responsabilidade na escolha dos orçamentos, conhecimento financeiro e didático-pedagógico, de gestão educacional e escolar.

As diretoras podem ser responsabilizadas, até mesmo criminalmente, por determinados atos da gestão escolar. Por exemplo, se não forem encontrados objetos que fazem parte do patrimônio da escola, a diretora tem de responder pelo dano. Diante dessa situação, é natural que ela resista em delegar tarefas a outras pessoas, já que a responsabilidade não é delegada (LIMA, 2012).

Para quem leciona ou trabalha no sistema educacional, o que prevalece sempre fortalecido depois de cada política pública, é o princípio de que devemos obter o melhor resultado com o menor investimento.

O Mais Educação é investido por um discurso democrático e inovador de inserção de turno integral na escola mediante oficinairos que, por sua vez, tem

pouca exigência de qualificação e estão dia a dia com os alunos nas escolas públicas cumprindo um papel de extrema importância dentro da escola.

## **2.5 Educação continuada**

“A educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando” (Freire, 1996).

A inserção de programas como o Mais Educação no âmbito escolar pretende contribuir para a melhoria da qualidade da educação. Sabemos que isso depende de fatores como a formação profissional contínua dos educadores e de coordenadores dos programas, o acompanhamento dos resultados do rendimento escolar, a participação dos pais e da comunidade na escola para favorecer de processos de socialização e aprendizagem, baseados em valores fundamentais da convivência humana.

Ao tratarmos da questão da qualidade da educação em jornada ampliada, torna-se imprescindível o aprofundamento do debate acerca da concepção de educação integral que permeia tal iniciativa. Isso porque o Mais Educação faz parte da estratégia oficial para a construção de “uma concepção contemporânea de educação integral” (BRASIL, 2009c, p. 12), que está impactando razoavelmente as escolas públicas, investida por um discurso democrático e inovador.

É muito importante considerar a sabedoria popular na construção cotidiana no âmbito escolar. Também é importante o respeito à crença das pessoas, não banalizando sua espiritualidade e promovendo a autoestima e a autoconfiança, para que os educandos e comunidade escolar compareçam, e exerçam efetivamente seu direito à educação.

Os momentos de formação são muito importantes para o êxito de algum projeto/programa na escola, como também sua inserção no Projeto pedagógico da escola, que deve:

a) nascer da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem;

b) ser exequível e prever as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação;

c) ser uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola;

d) ser construído continuamente, pois como produto, é também processo.

O PP (Projeto Pedagógico) é a estrutura - o esqueleto da escola. Por ele que são organizados diretrizes e objetivos, com ele conseguimos visualizar o que a escola deseja durante o desenvolvimento de seus trabalhos. A Educação continuada deve fazer parte dele, pois, requer uma reflexão crítica sobre as práticas de atenção, de gestão e de ensino, buscando processos educativos aplicados ao trabalho.

Nesse sentido, a construção do Mais Educação favorece a associação entre o desenvolvimento individual e organizacional, na perspectiva de fortalecer a educação.

A formação continuada poderia ser com formato EAD, semipresencial e/ou presencial, contanto que envolvesse todos os gestores dos Programas que acontecem nas escolas e direção, a fim de se mudar a realidade alicerçada nas escolas de escolas de turno único.

## **CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E CONSTRUÇÃO DOS RESULTADOS**

### **3.1 A formação inicial das coordenadoras do Mais Educação**

O estudo envolveu, além de uma pesquisa bibliográfica, uma pesquisa de campo realizada com duas coordenadoras do Mais Educação, por meio de entrevista composta por onze perguntas que buscavam a formação do coordenador bem como informações sobre o programa e a escola de inserção.

De acordo com as entrevistadas, uma é contratada e outra é nomeada, ambas com Licenciatura Plena na área de Linguagens: Letras e Educação Física.

As duas fazem cursos e buscam se especializar na sua área: “Fiz seminários, cursos voltados para pedagogia.” E, “Sim, na minha área, não para o Programa.”

Nenhuma possui experiência anterior na área de gestão e elaboração de relatórios de acordo com as respostas nas entrevistas, como também no período em que estão como coordenadoras apenas realizaram um Encontro, no qual puderam compartilhar anseios e possibilidades.

Uma das escolas possui apoio da direção e corpo docente para as atividades, a outra considera “em parte”, relatando que a infraestrutura da escola e o material humano não suportam um programa na realidade vigente, com falta de monitores e merendeira.

Uma coordenadora comenta: “o professor muitas vezes precisa de um apoio que vai além da sala de aula e nem todas as escolas estão capacitadas para isso. Na própria formação, o professor precisaria de apoio maior”, ao se

referir à importância de uma formação na área de gestão educacional para coordenadores do Programa.

Ao se referir à complexidade das atividades do Mais Educação, a coordenadora afirma: “Certamente, o professor muitas vezes precisa de um apoio que vai além da sala de aula e nem todas as escolas estão capacitadas para isso. Na própria formação, o professor precisaria de apoio maior, pois, a realidade nas escolas hoje exige que sejamos muitas vezes além de professores, psicólogos, orientadores e principalmente amigos.”

Até porque a formação dosicineiros deveria ter pré-requisitos, todavia eles não existem, ficam a critério do coordenador, que por sua vez, com uma remuneração como a da tabela citada neste trabalho, é difícil despertar muito interesse de alguém com qualificação.

Quanto à questão de implementação na escola, as duas coordenadoras afirmaram como sendo um desafio em processo: “Funciona, mas exige determinação e empenho, pois a reação inicial foi de não participação.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conversando com colegas professores, podemos concluir que existe uma imensa distância entre o que se propõe e o que realmente é viável e possível de implementação à escola.

Enquanto política pública o Mais Educação representa a educação integral, que engloba a ampliação da jornada escolar, em dois turnos, com ampliação também das atividades curriculares, que passam a se compor de outras atividades, como: Acompanhamento Pedagógico; Meio Ambiente; Esporte e Lazer; Direitos Humanos em Educação; Cultura e Artes; Cultura Digital; Promoção da Saúde; Comunicação; Investigação no Campo das Ciências da Natureza; Educação Econômica.

A educação integral contemporânea ainda considera a ampliação dos espaços educativos, que se projetam para além da escola, abrangendo espaços comunitários e urbanos, como salões, igrejas, museus, bibliotecas e parques.

Ressalto que, por mais que seja uma ótima proposta, com projetos que busquem a autonomia dos alunos, é emergente um melhor planejamento, que convoque e possibilite diálogo de mais professores e conselho escolar, investimento em infraestrutura, formação adequada e valorização profissional.

Enquanto o profissional da área da educação puder ser qualquer um, sem ser exigida uma formação mínima, como é o caso dos oficineiros, dará margem para a real desvalorização, além de uma possível desarticulação entre o turno “curricular” e o turno de “atividades diferenciadas” e a ampliação das funções da escola. Conseqüentemente a mudança na centralidade da escola como único espaço educativo.

Esse contato com um oficineiro no turno contrário na escola deve ser para incentivar o aluno a gostar da escola, a estimular as múltiplas inteligências, justamente por isso é que o profissional deve ser capacitado.

Considero, e de acordo com as coordenadoras, que ao exigir planejamento e aspectos pedagógicos com oficineiros sem a qualificação desejável – muitas vezes sem magistério, e com uma remuneração abaixo do razoável, é difícil almejar uma qualidade na educação.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 19-50.

BRASIL/ MEC. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. Brasília, 2007<sup>a</sup>;

BRASIL. **Portaria Interministerial nº17**, de 24/04/2007, Brasília, 2007c;

BRASIL. **Programa Mais Educação – Gestão Intersetorial no Território**. Brasília – DF, 2009b;

BRASIL. **Rede de Saberes Mais Educação: Pressupostos para Projetos Pedagógicos de Educação Integral: caderno para professores e diretores de escolas**. - 1<sup>a</sup> Edição, - Brasília: Ministério da Educação, 2008;

Caderno da disciplina de Enfoques da Pesquisa. **Planejamento da pesquisa**. Unidade D. Universidade Federal de Santa Maria.

GADOTTI, M. **Educação integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Instituto Paulo Freire. 2009.

GIMENO Sacristán, J. **La educación obligatoria: su sentido educativo y social**. Madrid: Morata, 2000

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 14<sup>a</sup> edição, 1988.

HENZ, C. I. Paulo Freire e a educação integral: cinco dimensões para (re)humanizar a educação. In: Jaqueline Moll. (Org.). **Caminhos da educação**

**integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos.** 1ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012, v. , p. 82-93.

KRAWCZYK, Nora. A gestão escolar: um campo minado... Análise das propostas de 11 municípios brasileiros. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 20, n. 67, Aug. 1999 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73301999000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000200005&lng=en&nrm=iso)>. access on 07 Sept. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301999000200005>.

LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; MOLL, Jaqueline. Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral e em tempo integral. **Educ. Rev.**, Curitiba , n. 45,set. 2012 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602012000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602012000300007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 11 jan. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602012000300007>;

LIBÂNEO, José Carlos. CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA ESCOLA: CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS PARA UM EXAME CRÍTICO DA DISCUSSÃO ATUAL NO BRASIL Artigo publicado na **Revista Española de Educación Comparada**, Madrid, Espanha. Año 2007, Numero 13. Edición monográfica: Administración y gestión de los centros e

LIBÂNEO, José Carlos et al. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Maria Lúcia de Oliveira Feliciano de; MEDEIROS, Janann Joslin. Empreendedores de políticas públicas na implementação de programas governamentais. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 46,n. 5,out. 2012 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122012000500004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000500004&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 11 jan 2014.<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122012000500004>;

\_\_\_\_\_: Ministério da Educação. Série Mais Educação. **Educação Integral: texto para debate nacional.** Brasília, 2009;

MOLL, J. (Org.). **Educação Integral: texto referência para o debate nacional**. Brasília, DF: MEC, Secad;

MOLL, Jaqueline; LECLERC, Gesuína de Fátima Elias. Educação Integral e Comunitária: o remirar-se da cidade e da escola In: PADILHA, Paulo Roberto; CECCON, Sheila; RAMALHO, Priscila. **Município que educa: múltiplos olhares**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

MONARCHA, Carlos. **Brasil arcaico**, Escola Nova: Ciências, técnica e utopia nos anos 1920-1930. São Paulo: UNESP, 2009.

MEC/SECAD/DEIDHUC. **Mais Educação passo a passo**. Brasília: 2009, p. 20-21.

QUINTANILHA, A. **Segredos e Mistérios da Dor**. Porto Alegre: Editora Age, 2002.

REIS, P. F.; MORO, A. R. P.; SILVA, O. J.; CRUZ, R. M.; SOUZA, E. R. **O uso da média na construção do mobiliário escolar e a ilusão do conforto e saúde**. Anais da Abergó. Recife: 2002.

SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da; SILVA, Katharine Ninive Pinto. A hegemonia às avessas no Programa Mais Educação. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 94, n. 238, Dec. 2013. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-66812013000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812013000300004&lng=en&nrm=iso)>. access on 09 July 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812013000300004>;

STAKE. R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 2000. p. 435-454.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007. (Coleção Anísio Teixeira).

## APÊNDICE 1

### CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezado (a) Professor (a):

Eu, acadêmica do Curso de Gestão Educacional, Patricia Gehrke, na modalidade à distância, da Universidade Federal de Santa Maria estou desenvolvendo uma pesquisa com a finalidade de analisar o PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UM OLHAR DOS COORDENADORES SOBRE A FORMAÇÃO DOS OFICINEIROS EM DUAS ESCOLAS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO. Essa pesquisa tem como objetivo verificar o perfil dos gestores do Programa Mais Educação em duas escolas de Novo Hamburgo: Ignacio Christiano Plang e Wolfram Metzler , bem como o apoio da comunidade, direção e corpo docente, a fim de reconhecer a importância ou não de uma formação em gestão educacional para os coordenadores.

A pesquisa será realizada através de entrevista aos coordenadores, com questões referentes à temática da pesquisa, nas quais os participantes terão oportunidade de expressar livremente suas opiniões.

Os dados obtidos serão utilizados para fins exclusivamente acadêmicos, embasando a produção de conhecimento científico, garantindo sempre o anonimato e privacidade, ou seja, sua identidade será mantida em sigilo.

Para tanto, solicito a sua colaboração de modo a contribuir para a produção acadêmica.

## APÊNDICE 2

Entrevista para coordenador do Mais Educação

Nome do entrevistado:

Nomeado ou contrato:

Formação:

Experiência em gestão de programas/projetos:

Há quanto tempo é coordenador do Mais Educação?

Fez alguma atividade de Formação Continuada? Teve algum curso de formação para gestão do Programa?

Como foi escolhido para o cargo?

Funciona a implementação na escola?

Tem apoio da direção e do corpo docente?

Trabalhou já na área de gestão? Seja escolar ou privada?

Acredita que seria importante uma formação continuada e/ou permanente na área de educação integral para realizar as suas atividades? E de gestão educacional?

## APÊNDICE 3

### RESUMO DAS ENTREVISTAS

#### ENTREVISTA 1

Nomeado ou contrato: Contratada

Formação: Letras Port./ Ing./Lit.

Experiência em gestão de programas/projetos: Projetos interdisciplinares em sala de aula.

Há quanto tempo é coordenador do Mais Educação? Alguns meses.

Fez alguma atividade de Formação Continuada? Teve algum curso de formação para gestão do Programa? Fiz seminários, cursos voltados para pedagogia.

Como foi escolhido para o cargo? Pela maneira com que leciono, a forma que trato os meus alunos e penso neles.

Funciona a implementação na escola? Funciona mas exige determinação e empenho, pois a reação inicial foi de não participação.

Tem apoio da direção e do corpo docente? Sim.

Trabalhou já na área de gestão? Seja escolar ou privada? Não.

Acredita que seria importante uma formação continuada e/ou permanente na área de educação integral para realizar as suas atividades? E de gestão educacional? Certamente, o professor muitas vezes precisa de um apoio que vai além da sala de aula e nem todas as escolas estão capacitadas para isso. Na própria formação, o professor precisaria de apoio maior, pois, a realidade nas escolas hoje exige que sejamos muitas vezes além de professores, psicólogos, orientadores e principalmente amigos.

## ENTREVISTA 2

Nomeado ou contrato: Nomeada

Formação: Ed. Física.

Experiência em gestão de programas/projetos: Não

Há quanto tempo é coordenador do Mais Educação? Um ano.

Fez alguma atividade de Formação Continuada? Teve algum curso de formação para gestão do Programa? Sim, na minha área, não para o Programa.

Como foi escolhido para o cargo? Pela direção, segundo a SEDUC a coordenação seria só para nomeados.

Funciona a implementação na escola? É complicado devido a mentalidade de turnos que está inerte na escola, bem como falta de infraestrutura.

Tem apoio da direção e do corpo docente? Em parte.

Trabalhou já na área de gestão? Seja escolar ou privada? Não.

Acredita que seria importante uma formação continuada e/ou permanente na área de educação integral para realizar as suas atividades? E de gestão educacional? Com certeza, para que a gestão na escola seja mais participativa.